Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2022-10-27	
O Secretário da Mesa	
Tiago Estevão Martins (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Tiago Estevão Martins (Assinatura Qualificada) Date: 2022.10.27 12:47:38 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 821 / XV (1 .ª)

Assunto: Trabalhos ilegais de plantação de abacates no Parque Natural da Ria Formosa

Destinatário: Ministro do Ambiente e Ação Climática

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O movimento Cabanas de Tavira denunciou trabalhos ilegais para a plantação de abacates na Quinta da Barroquinha, perto de Cabanas de Tavira, em pleno Parque Natural da Ria Formosa.

De acordo com o movimento, "apesar das várias denúncias a diversas entidades, queixas ao Ministério Público, processos, embargos e multas, o investidor agrícola continua os seus trabalhos ilegais de plantação de abacates, de forma reincidente, criminosa e desobediente". É ainda adiantado que os trabalhos já foram embargados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) que reagiu no passado dia 14 de outubro. No entanto, o movimento denuncia que "o SEPNA foi também várias vezes informado, mas nada nem ninguém consegue ou quer parar este senhor".

O investidor sueco em causa tem uma enorme extensão de plantação de abacate naquela zona do Parque Natural com cerda de 65 hectares num maior de 1,5 km. De acordo com informações fornecidas pelo movimento, em setembro de 2020, já fora denunciado pela construção sem qualquer licença de um conjunto de edifícios. Em abril de 2021 foi novamente denunciado por construir um muro de pedra com 2 metros de altura, uma estrada com 3 m de largura e uma vedação, oque implicou a movimentação de terras e a destruição do coberto vegetal na faixa de proteção da zona lagunar. Em junho de 2021, o referido empresário continuou a abater árvores apesar de um embargo do ICNF.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem alertado para o crescimento desmesurado da plantação de abacateiros no Algarve, região deficitária de água e insustentabilidade desde deste tipo de cultura em grandes dimensões. As consequências podem ser gravosas, nomeadamente poderá perigar a proteção da biodiversidade e a sustentabilidade da água na região.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. O ministério tem conhecimento da situação agora denunciada?
2. Que medidas vai o Ministério tomar para garantir a proteção do Parque Natural da Ria Formosa em relação a esta plantação de abacates, nomeadamente assegurando a legalidade das operações e a sua compatibilização com o Parque Natural?
3. Qual a área ocupada por ano que nos últimos 10 anos está ocupada por plantação de abacate no Parque Natural da Ria Formosa?
4. O ministério confirma as denuncias referentes a setembro de 2020, abril de 2021 e junho 2021? Que medidas foram implementadas para fazer a situação regressar à legalidade? A que processos, sanções ou multas ou alvo o referido empresário por estas situações?
5. O Governo tem intenções de avançar com limitações à plantação de abacateiros no Parque Natural da Ria Formosa?

Palácio de São Bento, 27 de outubro de 2022

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.